



DESTINATÁRIO: Público Geral

DATA: 29/05/2018

EMISSOR: Direção do Centro Social Paroquial de Rio de Moinhos

ASSUNTO: Política de Privacidade de Dados Pessoais

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS

A partir do dia 25 de maio de 2018 passa a ser aplicável o RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (Regulamento n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), estabelecendo o mesmo as regras relativas à proteção, tratamento e livre circulação dos dados pessoais das pessoas singulares e que se aplica diretamente a todas as entidades que procedam ao tratamento desses mesmos dados.

O presente texto alude à Política de Privacidade praticada pelo **Centro Social Paroquial de Rio de Moinhos** (designado por **CSPRM**, de ora em diante), com sede na Av. São José, N.º 120, 3560-101 Rio de Moinhos, Sátão com o número de identificação de pessoa coletiva (NIPC) 502935960.

A presente Política de Privacidade explica o modo como o **CSPRM** trata os Dados Pessoais que lhe são fornecidos pelos titulares (candidatos, clientes e colaboradores), ou que são de outro modo recolhidos, junto desses.

Antes de fornecer dados pessoais à **CSPRM**, recomendamos a leitura da presente Política de Privacidade. A presente Política não se aplica à recolha de dados junto de terceiros aos quais o **CSPRM** possa estar ligado.

1. O RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A entidade Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais é o Centro Social Paroquial de Rio de Moinhos com sede na Av. São José, N.º 120, 3560-101 Rio de Moinhos, com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva (NIPC) **502935960**.

Os contactos dos Responsáveis pelo Tratamento dos Dados são os seguintes:

- *Morada:* Av. São José, N.º 120, 3560-101 Rio de Moinhos, Sátão
- *E-mail:* lar-saojose@sapo.pt

2. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

2.1. LEGITIMIDADE PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O CSPRM disponibiliza à comunidade um conjunto de serviços, para os quais necessita de proceder à recolha e ao tratamento de um conjunto de dados de natureza pessoal, sem os quais não consegue realizar a sua atividade e cumprir com as obrigações legais,

A disponibilização desse conjunto de dados é opcional para que possa haver relação contratual.

O CSPRM só tratará os dados fornecidos para outros efeitos, com consentimento do titular.

2.2. DADOS PESSOAIS TRATADOS

O CSPRM como Responsável pelo Tratamento dos seus Dados Pessoais procede à recolha dos seguintes dados:

- **Candidatos a recrutamento:** CV, nome completo, data de nascimento, morada, localidade, contactos telefónicos, endereço de e-mail, habilitações literárias. Não inclui dados de categorias protegidas no seu CV (origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical, bem como o tratamento de dados genéticos, dados biométricos para identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa). Se o seu CV tem os mencionados dê o seu consentimento explícito para o tratamento desses dados pessoais. Os quais serão mantidos em arquivo por um período de 2 anos seguindo-se a eliminação.
- **Colaborador:** CV, nome, data de nascimento, habilitações profissionais, fotografia, filiação, naturalidade, localidade, morada, contactos telefónicos, endereço de e-mail, estado civil,



número de identificação ou passaporte, número da segurança social, número de identificação fiscal, agregado familiar, contacto de emergência, número de identificação bancária.

- **Candidatos:** Nome, morada, idade, data de nascimento, contactos telefónicos, pessoa de contacto, filiação.
- **Clientes:** nome, data de nascimento, habilitações profissionais, fotografia, filiação, naturalidade, localidade, morada, contactos telefónicos, endereço de e-mail, estado civil, número de identificação ou passaporte, número da segurança social, número de identificação fiscal, agregado familiar, contacto de emergência, informação médica, contactos telefónico de pessoa responsável e outros dados necessários para a criação do processo individual, nomeadamente de cariz financeiro e de saúde.

Além dos dados mencionados poderão ser solicitados posteriormente outros, para os efeitos da presente Política

Recrutamento: Avisa-se já o candidato que, as candidaturas espontâneas para a vaga de colaborador, que sejam remetidas por indivíduo menor de idade, serão excluídas.

2.3. FINALIDADES DO TRATAMENTO

Os dados pessoais referidos anteriormente, providos pelos respetivos titulares ao CSPRM, são tratados para as seguintes finalidades:

- **Prestação de serviços no âmbito das respostas sociais:** Os seus dados são analisados pelo CSPRM tendo em vista a sua seleção para admissão no serviço ao qual apresentou candidatura. Sempre surjam oportunidades de admissão, o candidato autoriza o CSPRM a utilizar os seus dados para as finalidades aqui indicadas, caso tal suceda dentro do prazo de conservação indicado na presente Política de Privacidade.
- **Recrutamento para oportunidades de emprego:** Os seus dados são analisados pelo CSPRM tendo em vista a sua seleção para admissão a uma oferta de emprego. Sempre surjam oportunidades de admissão, o candidato autoriza o CSPRM a utilizar os seus dados para as finalidades aqui indicadas, caso tal suceda dentro do prazo de conservação indicado na presente Política de Privacidade.
- **Comunicação/informação da atividade o CSPRM:** O CSPRM poderá utilizar os seus dados pessoais para efeitos de envio de informação publicitária. O Titular poderá a qualquer momento retirar o seu consentimento para receção destas comunicações, para tal deve apresentar uma comunicação por escrito ao CSPRM.
- **Cumprimento das obrigações legais** decorrentes da relação contratual.

2.4. SUBCONTRATANTES E TERCEIRAS ENTIDADES

Os Dados Pessoais serão tratados por colaboradores do CSPRM que estejam autorizados para o efeito no desempenho das suas funções. Além do tratamento interno, poderão igualmente ser tratados por entidades subcontratadas, e ou entidades públicas com competências nos termos da Lei.

Tendo em consideração as finalidades do tratamento, os Dados Pessoais dos titulares podem ser comunicados a entidades subcontratadas, no âmbito: manutenção do sistema informático, serviços de contabilidade, serviços de seguros, serviços de saúde, serviços de formação e/ou outras. O CSPRM exige às entidades subcontratadas a proteção adequada dos Dados Pessoais a que têm acesso, e que assegurem a sua confidencialidade assim como, proíbe a utilização desses dados em outra finalidade que não as especificamente contratadas. Além das entidades acima indicadas, os dados pessoais do titular podem ser comunicados a autoridades judiciais ou policiais e/ou outras autoridades que possam legitimamente nos termos da lei.

2.5. CONDIÇÕES DO TRATAMENTO

O CSPRM, enquanto Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais, respeita a disposições legais aplicáveis aos dados por si recolhidos. Garantindo o sigilo dos dados que possui, bem como a legitimidade para o seu tratamento, a não utilização dos dados pessoais para fins diversos dos



enunciados aquando da sua recolha, exceto nos casos em que possui consentimento do titular, e apenas durante o período necessário para a finalidade da recolha/tratamento.

O CSPRM possui medidas organizativas para proteger os dados pessoais contra uma eventual perda, alteração, destruição accidental ou ilícita e/ou acesso não autorizados. O CSPRM possuiu procedimentos para proteger e salvaguardar os Dados Pessoais que lhe são fornecidos, tal como restrições organizativas, medidas e controlos de acesso aos dados.

2.6. CONSERVAÇÃO DOS DADOS

Nos termos da lei, o CSPRM só tratará os Dados Pessoais durante o período estritamente necessário. Após o término desse período, os dados serão eliminados.

- **Efeitos de Recrutamento:** Os dados pessoais serão conservados pelo período de 18 (dezoito) meses posterior ao processo de seleção. Decorrido esse período, os dados pessoais dos candidatos serão eliminados, salvo se forem necessários para cumprimento de obrigação legal ou no âmbito de processo judicial.
- **Efeitos de respostas sociais:** Findo a relação contratual, convencionou-se que os mesmos serão mantidos em termos de processo individual, para efeitos de acompanhamento, auditoria e fiscalização pelas entidades de tutela, pelo período mínimo previsto na lei (5 anos após a saída da resposta social; 10 anos que concerne a documentos contabilísticos e fiscais).

2.7. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

Direito de acesso: o titular tem o direito de obter a confirmação de que os dados pessoais que lhe dizem respeito são ou não objeto de tratamento e, sendo o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais, conhecer a fonte dos dados, os destinatários ou as categorias de destinatários a quem os Dados Pessoais foram ou serão divulgados, bem como conhecer o prazo previsto de conservação dos seus Dados Pessoais.

Se o titular deixar de estar interessado nos serviços do CSPRM, bastará que o comunique, altura em que os seus dados pessoais serão eliminados, sem prejuízo da necessidade de conservação para efeitos de cumprimento de obrigação legal e/ou no âmbito de processo judicial, excepto se havia relação contratual em que se aplicam os prazos acima mencionados.

Direito de retificação: o titular tem o direito de solicitar, a qualquer momento, a retificação dos seus dados pessoais e, bem assim, o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional (declaração de consentimento através de comunicação de serviço).

Direito ao apagamento: o titular tem o direito de obter o apagamento dos seus dados quando se aplique um dos seguintes motivos:

- Os dados do titular deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- Caso os dados do titular sejam tratados ilicitamente.

Direito à limitação: o titular tem o direito de obter a limitação do tratamento dos seus dados se se aplicar uma das seguintes situações (a limitação consiste em inserir uma marca nos dados pessoais conservados com o objetivo de limitar o seu tratamento no futuro):

- Se contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita ao responsável verificar a sua exatidão;
- Se o tratamento for ilícito e o titular se opuser ao apagamento dos dados, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
- Se o responsável já não precisar dos dados do titular para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;



- Caso o titular se tenha oposto ao tratamento, até se verificar que os motivos legítimos do responsável prevalecem sobre os do titular.

Direito de portabilidade: Nas situações em que o seu consentimento for solicitado sendo a base legal do tratamento, o titular tem o direito de receber os dados pessoais que tenha fornecido ao responsável, num formato estruturado, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, se:

- O tratamento se basear no consentimento ou num contrato de que o titular é parte;
- O tratamento for realizado por meios automatizados.
- O direito de portabilidade não inclui dados apurados que sejam gerados pelo responsável como consequência ou resultado da análise dos dados objeto de tratamento. O Candidato tem o direito a que os dados pessoais sejam transmitidos diretamente entre os responsáveis pelo tratamento, sempre que tal seja tecnicamente possível. O exercício do direito de portabilidade dos dados aplica-se sem prejuízo do direito ao apagamento dos dados.

Direito de apresentar reclamações junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) ou outra autoridade de controlo em matéria de proteção de dados pessoais. Os dados de contacto da CNPD são os seguintes: Rua de São Bento n.º 148-3º 1200-821 Lisboa - Tel: +351 213928400 - Fax: +351 213976832 - e-mail: geral@cnpd.pt.

Os titulares dos dados podem exercer a todo o momento os seus direitos de acordo com a legislação aplicável, contactando o CSPRM, apresentando para o efeito uma comunicação escrita.

Poderá contactar o CSPRM para esclarecer dúvidas, solicitar informações, resolver qualquer questão ou satisfazer algum pedido de exercício de direito ou qualquer outro relativamente ao Tratamento dos Dados Pessoais assegurado pelo CSPRM. Poderá efetuar o seu contacto através dos seguintes contactos:

- E-mail: lar-saojose@sapo.pt
Morada: Av. São José, N.º 120, 3560-101 Rio de Moinhos, Sátão

O CSPRM dará resposta através de comunicação escrita (estão incluídos as solicitações eletrónicas) à solicitação do titular no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da receção do pedido. Tal prazo poderá ser alargado por mais 30 (trinta), nos casos de especial complexidade, sendo o titular informado através do envio de uma justificação prévia. Se o titular apresentar um requerimento infundado ou excessivo (caráter repetitivo), ao CSPRM reserva-se o direito de cobrar custos administrativos ou mesmo recusar-se a dar seguimento ao requerimento.

3. ACEITAÇÃO DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

O CSPRM rege-se pela legislação em vigor e vincula-se ao cumprimento da presente Política de Privacidade. Ao CSPRM reserva-se o direito de alterar a presente Política de Privacidade, disponibilizando um aviso de alteração aquando de cada alteração.

Qualquer alteração da Política de Privacidade será publicada no vitral informativo nas instalações do CSPRM pelo que se aconselha a consulta regular deste documento.

Caso não concorde com a presente Política de Privacidade, por favor não forneça os seus dados pessoais. Alerta-se, no entanto, para o facto de o vínculo contratual, está condicionada ao fornecimento dos seus Dados Pessoais, sem os quais, não será possível esse vínculo.

Informação mais detalhada sobre proteção de dados pessoais pode ser obtida através de consulta à legislação aplicável, nomeadamente ao Regulamento (UE) 2016/679 Do Parlamento Europeu E Do Conselho de 27 de abril de 2016.